



CAXIAS

Diário Oficial do Município • Atos do Poder Executivo Municipal

ANO XXIII Nº 3361 • CAXIAS(MA), QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO 2017

Edição de Hoje: 10 páginas

ERRATA

ERRATA

No Diário Oficial do Município Nº 3353, de 15 de agosto de 2017.

Onde se lê:

LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2017.

Leia-se:

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

FÁBIO JOSÉ GENTIL PEREIRA ROSA

Prefeito Municipal

LEI

LEI Nº 2346, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica denominado “**Shopping da Gente Comendador Alderico Silva**” o prédio público em construção pela Prefeitura Municipal de Caxias, na Avenida Otávio Passos, no Centro.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a providenciar placas de identificação e letreiros, após a sanção da Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

FÁBIO JOSÉ GENTIL PEREIRA ROSA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2347, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Lei Complementar n.º 22, de 31 de dezembro de 2009 (Código Tributário do Município de Caxias), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009 (Código Tributário do Município de Caxias), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 28.

I – As habitações populares conforme definidas em regulamento, atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) área total da construção não superior a quarenta metros quadrados;

b) área total do terreno não superior a duzentos metros quadrados;

c) que o proprietário não possua imóvel no Município; e

d) localização em bairros economicamente carentes.

II – O proprietário que resida no imóvel, cuja renda familiar dos residentes não ultrapasse a um salário mínimo, que não possua outro imóvel no Município e que atenda, no mínimo, um dos seguintes requisitos:

a) proprietário devidamente inscrito no Programa Bolsa Família e no Cadastro Único do Governo Federal;

b) proprietário de casa de taipa coberta de palha ou telha, com área total do terreno não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.

Art. 63. No lançamento do ITBI, o contribuinte ou responsável pelo imposto fica obrigado a apresentar Declaração de Transmissão Imobiliária - DTI, na forma, no prazo e nas demais condições estabelecidas em decreto, considerando:

I -

II -

§1º. Nas hipóteses de lançamento do ITBI mediante Declaração de Transmissão Imobiliária – DTI, que importe em determinação do valor do negócio, fica o contribuinte obrigado no disposto no inciso III, do art. 60, deste Código.

Art. 68. Os cartórios situados no Município de Caxias remeterão à Secretaria Municipal de Fazenda, todos os atos e termos transcritos, averbados, lavrados, inscritos ou registrados sujeitos ao ITBI, por meio de *software* disponibilizado para este fim, conforme disposto em regulamento.

§1º. Constará na relação a que se refere a que se refere o *caput* deste artigo o seguinte:

Art. 107. A alíquota do ISS será de 3% (três por cento) sobre o preço do serviço, conforme o que se encontra fixado no Anexo III, deste Código.

Art. 166.

§ 2º. O levantamento fiscal a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ser concluído no prazo de trinta dias, prorrogável, por até mais três períodos iguais e sucessivos, desde que haja motivo justificado, por escrito.

Art. 304. Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Art. 418.

I – 80% (oitenta por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso II, do art. 417 deste Código; e

II – 40% (quarenta por cento) as agravantes discriminadas nas alíneas “d” e “e”, do inciso II, do art. 417 deste Código.

Art. 2º. Na Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009 (Código Tributário do Município de Caxias), ficam incluídos os seguintes dispositivos:

Art.

28.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo, não se aplica quando se tratar de edificação, em condomínio, de unidades autônomas.

Art.

63.

§1º-A. O ITBI será lançado unicamente por meio eletrônico através do *software* ITBI-e, integrado ao sistema da Administração Tributária, disponível na página www.caxias.ma.gov.br.

Art.

68.

V – outras informações exigidas em regulamento.

§2º. As pessoas previstas no *caput* deste artigo também ficam obrigadas a realizar seu prévio credenciamento e das pessoas designadas para o uso do sistema na forma do regulamento.

Art. 87-A. Aplicam-se as disposições da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, ao contribuinte do ISSQN estabelecido neste município optante pelo regime do Simples Nacional.

Parágrafo único. Enquanto optante pelo regime de que trata o *caput*, o contribuinte não poderá gozar de qualquer benefício fiscal disposto na legislação deste Município, relativo ao ISSQN, devendo a apuração do imposto ser feita exclusivamente pelas regras aplicáveis àquele regime.

Art.

107.

Parágrafo único. O chefe do executivo poderá conceder, por meio de Lei específica, isenções, incentivos ou benefícios tributários e redução da alíquota através de regime especial de tributação em proteção ao desenvolvimento socioeconômico do município, nos seguintes termos:

a) Não inferior a 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do anexo II desta Lei Complementar.

b) As empresas que mantiverem em seus quadros de funcionários portadores de deficiência, assim definidos em Decreto, gozarão de descontos no pagamento de ISSQN de 5% (cinco por cento) sobre o valor do imposto, por deficiente contratado, não podendo exceder a 20% (vinte por cento) do valor do tributo.

Art.

132.

§1º. As informações tratadas no *caput* serão prestadas via Declaração Mensal de Serviços – Eletrônica (DMS-e), disponível na página www.caxias.ma.gov.br.

§2º. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, declarado à Administração Tributária pelo contribuinte e não pago ou pago a menor, constitui confissão de dívida e equivale à constituição de crédito tributário, será objeto de cobrança e inscrição em Dívida Ativa do Município, independentemente, da realização de qualquer procedimento fiscal e sem prejuízo da revisão posterior do lançamento pela autoridade fiscal competente e da aplicação das penalidades legais cabíveis, se for o caso.

Art. 3º. Ficam revogados os incisos III e V, do artigo 28 e os parágrafos 3º e 7º, do artigo 98 da Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009 (Código Tributário do Município de Caxias).

ANEXO III

ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES E ITENS	ALÍQUOTAS
1	PERCENTUAL SOBRE O PREÇO DO SERVIÇO	
1.1	Item 15 e respectivos subitens.	5,0%
1.2	Demais itens da lista de serviços e respectivos subitens	2,5%
2	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS	VALORES (R\$)
2.1	Nível Superior	672,00
2.2	Nível Médio	336,00
2.3	Outros	67,00
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1	Expedição de licença, quando da localização, funcionamento e fiscalização de pessoa jurídica ou física, quando for o caso.	
1.1	Estabelecimento industrial, produtor, comercial e prestador de serviços, inclusive pessoa física e sociedade de profissionais que desenvolve atividades na forma da Lei, por classe de área (m²), por ano ou fração:	
	Até 30,00	40,00
	Acima de 30,01 até 60,00	94,00
	Acima de 60,01 até 120,00	121,00
	Acima de 120,01 até 200,00	161,00
	Acima de 200,01 até 260,00	201,00
	Acima de 260,01 até 400,00	255,00
	Acima de 400,01 até 550,00	336,00
	Acima de 550,01 até 700,00	437,00
	Acima de 700,01 até 1.000,00	471,00
	Acima de 1.000,01 até 1.200,00	686,00
	Acima de 1.200,01 até 1.500,00	610,00
	Acima de 1.500,01 até 1.800,00	1.076,00
	Acima de 1.800,01 até 2.100,00	1.614,00
	Acima de 2.100,00	2.017,00

1.2	Profissionais liberais e autônomos, por ano ou fração:	
	a) de nível superior	107,00
	b) técnico profissional de nível médio	54,00
	c) artífices e outras categorias não enquadradas em "a" e "b"	27,00
1.3	Exercício do comércio eventual ou ambulante, por unidade e/ou mês ou fração	
1.3.1	Autorizações diversas	48,00
1.3.2	Autorização para comércio sem utilização de veículos automotores	48,00
1.3.3	Autorização para comércio com utilização de veículos automotores	60,00
1.4	Licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos, por dia ou fração.	
1.4.1	Barracas de feira livre, tendas ou similares	4,00
1.4.2	Circos, parques de diversões	
	Até 1.000,00m²	4,00
	De 1.000,01 a 5.000,0 m²	13,00
	Acima de 5.000,00m²	27,00
1.4.3	Feiras livres, exposições, feiras de amostra ou similares	
	Até 1.000,00m²	13,00
	De 1.000,01 a 10.000,00m²	27,00
	Acima de 10.000,00m²	40,00
1.4.3.1	Festejos, eventos culturais, artísticos, esportivos e similares, p/ m²	0,67
1.4.3.2	Trailers, barracas metálicas, fixas ou móveis, barracas de lanche ou similares, p/m²	0,54
1.4.3.3	Bancas de revistas, livros, jornais ou similares, p/ m²	0,54
1.4.4	Outras ocupações de áreas não especificadas anteriormente p/ m²	2,70
1.4.5	Ocupações de áreas, vias e logradouros públicos, em eventos com área acima de 1.000,00m², por m²/	13,00
1.5	Licença para ocupação do solo em terrenos particulares	
1.5.1	Circos e parques de diversões por mês ou fração	
1.5.1.1	Até 1.000,00m²	100,00
1.5.1.2	De 1.000,00m² a 5.000,000m²	300,00
1.5.1.3	Acima de 5.000,000m²	500,00
1.6	Armários de distribuição de redes telefônicas ou similares por unidade/ano ou fração	67,00

ANEXO IV

TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO,
FUNCIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO – TLF

ANEXO V

TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – TLF

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1	Execução de obras particulares	
1.1	Revisão de alinhamento na zona urbana, por metro linear de testada	5,00
1.2	Revisão de alinhamento na zona rural, por metro linear de testada	2,00
1.3	Desmembramento, remembramento, desdobro, fracionamento, por m²/lote	
1.3.1	Até 360,00m²	0,50
1.3.2	De 360,01 a 1200,00m²	0,60
1.3.3	Acima de 1200,00m²	0,70
1.4	Demarcação de terreno, por metro linear	4,00
1.5	Consulta prévia de loteamento por lote	7,50
1.6	Aprovação de loteamento, por lote	20,00
1.7	Consulta prévia de construção, por m²	1,00
1.8	Alvará de construção residencial popular até 40m²	1,50
1.9	Alvará de construção residencial unifamiliar, e renovação, por m²	1,50
1.10	Alvará de construção residencial multifamiliar, e renovação, por m²	3,00
1.11	Alvará de construção comercial, industrial e de prestação de serviço, e renovação por m²	5,00
1.12	Licença para reforma, ampliação, demolição, por m²	1,50
1.13	Habite-se de edificação residencial, por m²	1,50
1.14	Habite-se de edificação comercial, industrial e de prestação de serviços, por m²	2,50
1.15	Estudo de viabilidade técnica de implantação de torres de telecomunicações e postos de combustíveis	300,00
1.16	Licença para implantação de torres de telecomunicações (pelo valor do contrato)	
	Até R\$ 5.000,00	350,00
	De R\$ 5.000,01 a 50.000,00	1.100,00
	De R\$ 50.000,01 a 500.000,00	3.325,00
	Acima de R\$ 500.000,00	12.500,00
1.17	Serviço de terraplanagem, por m³ ou valor do contrato, prevalecendo o que for maior.	1,00
1.18	Abertura de Vala em Vias Públicas	
1.18.1	Por m²	40,00
1.19	Remoção de entulho por m³	15,00

ANEXO VI

TAXA DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA
TRFS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR ANUAL (R\$)
1	Registro e Fiscalização sanitária de estabelecimento industrial, comercial e prestador de serviços, por m²	
1.1	Até 10,00m²	20,00
1.2	De 10,01m² a 20,00m²	40,00
1.3	De 20,01m² a 40,00m²	67,00
1.4	De 40,01m² a 60,00m²	87,00
1.5	De 60,01m² a 100,00m²	105,00
1.6	De 100,01m² a 200,00m²	137,00
1.7	De 200,01m² a 300,00m²	164,00
1.8	De 300,01m² a 500,00m²	202,00
1.9	De 500,01m² a 1.000,00m²	242,00
1.10	De 1.000,01m² a 2.000,00m²	296,00
1.11	Acima de 2.000,00m²	363,00

ANEXO VII

TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVERSOS - TSPD

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1	Depósitos e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas	
1.1	Depósito e liberação de bens, unidade por dia	34,00
1.2	Depósito e liberação de animais, unidade por dia	
1.2.1	Cães, suínos, caprinos e ovinos	15,00
1.2.2	Equídeos, asininos e muares	25,00
1.2.3	Bovinos	25,00
1.3	Depósito e liberação de mercadorias, por dia	40,00
2	Inspeção ante mortem e post mortem de animais	
2.1	Em matadouro da empresa, por cabeça	
2.1.1	Animais de grande porte (bovinos e buvalinos)	2,00
2.1.2	Animais de médio porte (suínos, caprinos e ovinos)	0,67
2.2	Inspeção de produtos derivados do leite (leite, queijo, iogurte e derivados em geral)	
2.2.1	Leite pasteurizado, por cada 1.000 l	0,40
2.2.2	Leite processado, por cada 1.000 kg	8,00
3	Numeração de unidades imobiliárias	13,00
4	Expediente	
4.1	Emissão de alvará	6,70
4.2	Emissão de documento de arrecadação	0,67
4.3	Autenticação de notas fiscais de serviço, p/ bloco de 50 unidades	5,40
4.4	Certidão de habite-se, de demolição e de número	13,00
4.5	Autenticação de projetos, por m²	0,13
4.6	Declaração para obtenção de financiamento bancário para construção.	13,00

4.7	Vistoria Imobiliária Simples	
4.7.1	Urbana	15,00
4.7.2	Rural	30,00
4.8	Vistoria Imobiliária com medição	
4.8.1	Urbana com construção até 80 m²	30,00
4.8.2	Urbana com construção acima de 80 m²	80,00
4.8.3	Urbana Terreno até 300 m²	30,00
4.8.4	Urbana Terreno acima de 300 m² e menor que 600 m²	60,00
4.8.5	Urbana Terreno acima de 600 m²	100,00
4.8.6	Rural	80,00
4.9	Mobiliária	
4.9.1	Urbana	15,00
4.9.2	Rural	30,00
4.10	Inscrição de Cadastro de Fornecedores	20,00
4.11	Certificado ou declaração de isenção, não incidência ou imunidade tributária	8,00
4.12	Autorização para impressão de documentos fiscais	6,70
4.13	Emissão de notas fiscais de serviço avulso	4,00
4.14	Emissão de Cartão do CMC	4,00
4.15	Declaração de integração do imóvel ao cadastro imobiliário	4,00
4.16	Emissão de 2ª via de boleto bancário	2,70
4.17	Emissão de 2ª via de quaisquer documentos municipais	6,70
4.18	Emissão de cópias de plantas e mapas	13,00
4.19	Declaração de localização cadastral do imóvel	8,00
4.20	Certidões diversas	47,00
4.21	Transferência da obrigação pelo pagamento do IPTU	20,00
5	Sepultamento	
5.1	Adulto	27,00
5.2	Infante	13,00
5.3	Reabertura rasa	6,70
5.4	Reabertura em jazigo	11,00
5.5	Execução de inumação	6,70
6	Exumação	
6.1	Até 5 (cinco) anos	54,00
6.2	Após 5 (cinco) anos	27,00
7	Outros Serviços	
7.1	Perpetuidade de sepultura adulta	67,00
7.2	Perpetuidade de sepultura infante	40,00
7.3	Prorrogação do prazo de perpetuidade (por cinco anos)	20,00
7.4	Transferência de perpetuidade de sepultura	67,00
7.5	2ª via de perpetuidade e retificação de documentos	13,00
7.6	Licença para realização de serviços	13,00
7.7	Taxa de Translado de Cadáveres	40,00

ANEXO VIII**TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIO-TLFA****METODOLOGIA PARA CÁLCULO****VALOR DA TAXA POR UNIDADE POR M²/ MÊS OU FRAÇÃO**

	Painel, outdoor, cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e congêneres, luminosos ou não, colocados em muros, madeiramento, painéis especiais, cercados, tapumes, tabuletas ou em qualquer outro local permitido.	VALOR (R\$)
1	Até 10m²	40,00
2	De 10,01 a 20,00m³	67,00
3	Acima de 20m²	94,00
4	Taxa de Veiculação de Mensagens (panfletagem)	80,00
5	Outros tipos de publicidade e propaganda definido em regulamento, por unidade e por mês.	20,00

ANEXO IX**TAXA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO – TPDOM**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
I – PUBLICAÇÃO	
Por coluna de 1 cm a 9 cm	67,00
II – ASSINATURA SEMESTRAL	
No balcão	54,00
Via Postal	80,00
III – VENDA AVULSA	
Exemplar do dia	1,30
Exemplar atrasado	2,70

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE AGOSTO, DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

FÁBIO JOSÉ GENTIL PEREIRA ROSA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2348, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Institui o Programa de Regularização Tributária no Município de Caxias (PRT), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: